

PODER LOCAL EM TEMPOS DE COVID-19 Vol. I

**A QUALIDADE DA DEMOCRACIA LOCAL E A
GOVERNAÇÃO EM TEMPOS DE COVID-19**

(Coord.)

Luís Filipe Mota Almeida

Luís de Sousa

Manuel Ferreira Ramos

PODER LOCAL EM TEMPOS DE COVID

COORDENADORES

Luís Filipe Mota Almeida, Luís de Sousa e Manuel Ferreira Ramos

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, nº 76-80

3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901

www.almedina.net · editora@almedina.net

DESIGN DE CAPA

FBA.

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, SA

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

ARTIPOL - www.artipol.net

Julho, 2021

DEPÓSITO LEGAL

485921/21

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infrator.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

PODER LOCAL EM TEMPOS DE COVID

Poder local em tempos de covid / coord. Luís Filipe Mota Almeida, Luís de Sousa, Manuel Ferreira Ramos. – 2 v.

V. 1: A qualidade da democracia local e a governação em tempos de Covid-19. – p. – ISBN 978-972-40-9715-2

V. 2 : A cooperação territorial e institucional no combate à pandemia e os desafios da recuperação. – p. – ISBN 978-972-40-9716-9

I – ALMEIDA, Luís Filipe Mota

II – SOUSA, Luís de

III – RAMOS, Manuel Ferreira

CDU 346

ÍNDICE

PREFÁCIO

ALBINO ALMEIDA

7

INTRODUÇÃO

LUÍS FILIPE MOTA ALMEIDA, LUÍS DE SOUSA e
MANUEL FERREIRA RAMOS

11

PARTE I A QUALIDADE DA DEMOCRACIA LOCAL EM TEMPOS DE COVID-19

17

O impacto da covid-19 na qualidade da democracia local:
a perspectiva dos Presidentes das Assembleias Municipais
LUÍS DE SOUSA, CLÁUDIA S. COSTA E FILIPE GRILO

19

O direito de oposição nos municípios em contexto pandémico
LUÍS FILIPE MOTA ALMEIDA

37

O funcionamento dos órgãos municipais em contexto
de covid-19: os riscos da presidencialização
MARCO CALDEIRA

53

Democracia participativa em tempos de covid-19: da inércia à inovação?

ROBERTO FALANGA e GIOVANNI ALLEGRETTI 63

PARTE II A GOVERNAÇÃO LOCAL EM TEMPOS DE COVID-19 97

O papel dos municípios na resposta à crise sanitária, social e económica

CARLOS JOSÉ BATALHÃO 99

Desenvolvimentos sobre a problemática da resposta à crise pandémica por parte dos entes locais (perspetiva jurídico-financeira)

HUGO FLORES DA SILVA e JOAQUIM FREITAS DA ROCHA 123

Contratação pública local no contexto da pandemia da covid-19 (em especial, o regime excecional da contratação pública)

PEDRO COSTA GONÇALVES 151

Emprego público municipal: teletrabalho e proteção de dados em tempos de covid-19

SUSANA FERREIRA DOS SANTOS e MELANIE NEIVA SANTOS 167

Governo eletrónico local: antes, durante e depois da pandemia

GONÇALO PAIVA DIAS 187

SOBRE OS AUTORES 199

Democracia participativa em tempos de covid-19: da inércia à inovação?

ROBERTO FALANGA
GIOVANNI ALLEGRETTI

Para a participação, a pandemia foi como um vento forte para os incêndios: apaga os pequeninos e alimenta os grandes. Quem promovia participação com convicção aumentou o leque dos espaços de diálogo com os cidadãos. Os que nunca foram convencidos mostraram a sua verdadeira cara não-participativa...
(Entrevista a um cidadão ativo — Coimbra)

I. Introdução

A eclosão da pandemia da covid-19 pode ser entendida como a tempestade perfeita que corrobora a magnitude dos desafios futuros para a democracia, as cidades e a participação cidadã (Falanga, 2020). Sobre o novo coronavírus, muitos intelectuais e decisores têm vindo a exprimir as suas inquietações, delineando como um evento histórico que se manifesta enquanto «patologia da sociedade» mais do que

apenas «patologia do corpo» (Horton, 2020; Snowden, 2020), confirmando a importância de se entender como os indivíduos gerem sistemas altamente complexos (MacKenzie, 2020). Neste contexto, refletir sobre as formas de participação cívica será ainda mais necessário, porque se abriu uma brecha para caminhos novos que devem ser capazes de capitalizar saberes e energias acumulados nas últimas décadas.

Este capítulo começa por proporcionar uma breve panorâmica sobre as formas como as autarquias portuguesas têm vindo a lidar com os temas da democracia participativa ao longo desta pandemia. Para facultar uma leitura mais pormenorizada das questões que se consideram fundamentais e para promover uma reflexão ao mesmo tempo crítica e de esperança neste âmbito, o capítulo debruçar-se-á sobre algumas histórias que os autores acompanharam no terreno e/ou tiveram a oportunidade de analisar mais a fundo, por meio de análise documental e entrevistas com os seus responsáveis. As histórias mostram como os municípios de Lisboa, Cascais e Valongo decidiram abrir novas vertentes de diálogo com os munícipes e de colaboração com outras instituições, capitalizando assim aprendizagens num período que se espera de forte transição.

Nos três casos estudados, existe ainda uma necessidade comum que diz respeito à procura de uma nova ritualização da democracia participativa. Novos princípios e novos hábitos são apelados para que se tenham em conta prioridades até agora postas de lado por um certo «automatismo» em alguns percursos participativos. A aparente «paralisia» dos processos participativos (Allegretti, 2020c) deverá ser entendida, portanto, como uma etapa para um futuro ainda incerto, mas de alguma maneira promissor na criação de novos espaços de cidadania ativa.

II. As inércias por detrás do congelamento dos processos participativos

A fase histórica aberta em março de 2020 com a irrupção da pandemia da covid-19 tem vindo a inspirar um amplo leque de metáforas,

algumas mais catastrofistas (Giuliani, 2020; Santos, 2020) e guerreiras (Rabot, 2020), outras inspiradas em abordagens nas quais o tema da participação adquire uma centralidade diferente, como no caso da Gestão e Redução dos Riscos (GRR). Neste último quadro interpretativo, a participação cívica ganha centralidade, realçando a necessidade de se valorizar a inclusão de profissionais e não-profissionais durante as grandes catástrofes, como apontado aliás por Edward Blakely (2011), coordenador da reconstrução de Nova Orleães após a passagem do furacão Katrina. Mais recentemente, teóricos do System Dynamic Modelling, da gestão adaptativa e das abordagens participativas à avaliação de resiliência dos sistemas locais (Herrera e Kopainsky, 2020; Bonde *et al.*, 2015; Henly-Shepard *et al.*, 2015; Kelman, 2015; Walker e Salt, 2012), assim como das grandes estratégias internacionais de mitigação dos impactos, como a Yokohama Strategy (IDNDR, 1994) ou o Sendai Framework (Tozier de la Poterie e Baudoin, 2015), têm vindo a realçar o mesmo ponto.

A indispensabilidade das ferramentas de participação cívica em períodos marcados por tragédias coletivas é defendida pela capacidade que os cidadãos têm de contribuir para a reconstrução das políticas públicas e da coesão do tecido social. A participação cívica é ainda abordada como um contributo para aumentar a percepção individual e coletiva do risco, uma compreensão mais clara das características culturais de cada sociedade, bem como das suas interações com o ambiente físico e natural (Walker *et al.*, 2002; Morais *et al.*, 2021). Em alguns casos, a importância da participação cívica tem sido defendida não apenas para promover uma forma mais democrática de tomar decisões, mas também para cocriar um quadro comum de interpretação das histórias traumáticas, que ajuda a deslocar a percepção dos problemas da esfera da experiência individual para um processamento coletivo. A socialização da experiência de dor e sofrimento pode tornar as fragilidades num aspeto de força, coragem e responsabilização coletiva (Forester, 1995). Conforme indicado por Gelli (2020), uma visão sistémica da participação cívica exige, então, consciência «das

profundas implicações do nível emocional e da dimensão da afetividade na construção dos problemas públicos, em particular quando nos deparamos com questões complexas e potencialmente conflituosas, de elevado conteúdo técnico-científico e amplas implicações políticas e sociais e humanas» (ibidem, p. 1).

Alguns países mostraram-se interessados e à altura de promover este tipo de consciência, embora de forma intermitente e mais frequentemente à escala local, como aconteceu em França e Itália (Falanga, 2020; Allegretti, 2020b; Bézard, 2020), ou na Polónia, com os processos de participação «sem contacto» (Popławski, 2020), alguns dos quais focados nas questões de resiliência e construção coletiva de um imaginário pós-pandémico (Casillo, 2020). Na última década, Portugal foi certamente um dos contextos de maior sucesso pelo número de experiências participativas realizadas em múltiplas escalas (Dias, 2018; Dias *et al.*, 2019; Falanga, 2019; Allegretti, 2020 a, b, c). Apesar de não ter sido uniforme, a suspensão dos processos participativos durante esta pandemia acabou por ser muito visível no âmbito autárquico, por ter sido o nível estadual mais na linha da frente na luta contra o contágio. Este «apocalipse em câmara lenta» (Santos, 2020) tem vindo a «congelar» um número consistente de processos participativos «por convite» (Blas e Ibarra, 2006) que destacaram o país por experiências como os orçamentos participativos. Não há uma recolha sistemática sobre a magnitude deste «congelamento», apesar de alguma informação disponibilizada sobre os orçamentos participativos, através do diagnóstico interno elaborado pela Rede das Autarquias Participativas em Portugal (RAP)¹ numa primeira fase da pandemia. Sucessivamente, a RAP apresentou ainda um estudo que mostrou o desenvolvimento de novos processos na segunda parte do ano 2020, que não apenas a alteração de processos existentes (cf. Bogo, 2021).

¹ Ver: <http://www.portugalparticipa.pt/Home/Network>.

Para perceber as razões por detrás deste fenómeno tão complexo e diverso, é importante adotar um quadro interpretativo que ajude a perceber os múltiplos significados de uma certa «inércia» que se foi manifestando ao longo desses meses turbulentos. A inércia foi, em primeiro lugar, emocional e relacionada com a interrupção da linearidade temporal dos processos participativos. A falta de conhecimento e capacidade de previsão sobre a evolução da pandemia tornou difícil, por não dizer impossível, programar as iniciativas participativas. Conforme referido por Boaventura de Sousa Santos, a pandemia da covid-19 «afeta de tal maneira as rotinas do presente que produz uma turbulência semelhante às experiências temporais revolucionárias. O confinamento, a distância sanitária, a obsessão midiática, a profunda alteração do quotidiano — tudo isto faz com que a experiência do presente, de tão diferente ou estranha, seja vivida como transitória entre um passado que não se vive como irreversível, mas como uma suspensão do presente, vivida graças a uma certa inércia emocional, e um futuro concebido como tudo o que pode pôr fim à suspensão» (Santos 2020, p. 2). Nesta perspectiva, à espera de um regresso à normalidade, sobrepôs-se a dificuldade em encarar os espaços de diálogo como oportunidades para partilhar e problematizar os desafios decorrentes da pandemia, abarcando a dimensão emocional dos indivíduos e das comunidades. Como salientado por Gelli (2020), esta dificuldade prejudicou a capacidade de «reunir mundos e assuntos pertencentes a diferentes domínios (por exemplo: ciência, política, cidadania), trabalhando além das fronteiras de uma forma inclusiva e criativa» e juntando «conhecimento especializado, comum e local», para favorecer «uma formulação de políticas mais produtiva, bem como plural» (ibidem, p. 2).

A inércia foi também de tipo organizacional e fortemente ligada às transformações repentinas exigidas à máquina burocrática. O regime do teletrabalho e a reduzida oportunidade de trocas presenciais, tão valorizadas nas práticas participativas, acabaram por desmaterializar ainda mais a relação entre cidadania e espaços de decisão. Esta inércia

organizacional também se fundou nas complexas negociações entre autarquias e Estado central para concertar o quadro da descentralização, que prevê numa ótica «gradualista», uma contínua negociação de deveres e responsabilidades com os municípios. A ampliação das competências autárquicas em vários setores, incluindo muitos dos mais afetados pelos impactos da pandemia, tais como habitação, saúde, educação e assistência social, acabou por aumentar a magnitude destas dificuldades no âmbito participativo. Assim, a reestruturação e adequação dos processos participativos num novo quadro de competências foi também um fator importante a ter em conta, apesar de ter havido casos em que a participação se tornou numa aposta para uma melhor ligação entre a mudança de responsabilidades concelhias, como foi no caso da Câmara de Coimbra.

Uma terceira forma de inércia prendeu-se, mais especificamente, com as novas tecnologias e a adequação dos processos participativos existentes às novas necessidades impostas pelas medidas de distanciamento social e proteção de grupos vulneráveis. Esta inércia fundou-se nos modelos de participação consolidados na esfera autárquica, muitos dos quais têm vindo a dar centralidade aos encontros presenciais. Pelo contrário, os formatos «híbridos» que combinam canais online e presenciais representaram um fator de resistência na reformulação digital. Na maioria dos casos, isto deveu-se ao investimento em plataformas TIC ter sido formatado para oferecer serviços complementares aos espaços de encontro presencial e maioritariamente com propósitos instrumentais, como no caso do registo de propostas ou votos nos orçamentos participativos. As plataformas, porém, nem sempre estiveram à altura dos desafios colocados para uma maior interação entre participantes, serviços e representantes eleitos. Em muitos casos, a falta de tempo e recursos necessários para um investimento consistente nesta direção, particularmente em autarquias mais pequenas, comportou dificuldades, devido à escassez de liquidez financeira e/ou à prevalência de outras prioridades em agenda. A suspensão acautelatória dos processos participativos foi ainda decidida

para não empobrecer a qualidade do diálogo com os cidadãos e evitar um certo «stress tecnológico», que a utilização de novos dispositivos poderia provocar nos cidadãos. Esta questão prendeu-se ainda com a evidente desigualdade no acesso à tecnologia devido a assimetrias no que diz respeito à literacia digital entre os participantes.

A estas três formas distintas de inércia, acrescenta-se uma quarta que concerne à força contundente que outras formas de participação cívica acabaram por ter já nos primeiros meses de 2020. O empenho cívico «de baixo para cima» que Blas e Ibarra (2006) definem como participação «por irrupção», e Gaventa (2005) como «espaço reivindicado», demonstraram uma elevada capacidade dos cidadãos para conduzirem de forma autónoma, e/ou subsidiária, à ação pública uma série de iniciativas de carácter reivindicativo, propositivo e de ajuda mútua. Esta variedade foi visível em muitos âmbitos, desde a assistência médica, passando pela solidariedade social, o apoio aos mais necessitados, até à criação artística e, de forma mais abrangente, na «oferta e consumo cultural» (Mendes, 2020; Carmo, 2020). Vale a pena realçar que, em muitas autarquias portuguesas, a ponte com a sociedade civil organizada é atribuída às mesmas unidades administrativas que se ocupam dos processos participativos mais institucionalizados, o que criou oportunidades únicas para criar sinergias cívico-institucionais em direções novas e articulação com a sociedade civil.

III. Três histórias: Lisboa, Cascais e Valongo

As quatro formas de inércia enunciadas acima atuaram tanto na suspensão quanto na dilação temporal dos processos participativos em 2020. De forma talvez inesperada, porém, estas inércias alimentaram também novas experiências que destacaram elementos promissores para repensar o futuro da participação cívica. Além das autarquias, vale a pena realçar que outros níveis do Estado têm trabalhado para uma retoma de percursos importantes, como no caso do Orçamento Participativo Portugal, ou a articulação de novos programas como no

caso do programa «Bairros Saudáveis»². Apesar de não pretender ter um valor representativo, as histórias de Lisboa, Cascais e Valongo são emblemáticas destas tensões emergentes entre forças inertes e energias ao serviço da inovação.

1. Lisboa: continuidades e discontinuidades entre participação cívica e transformações urbanas

Ao longo da última década, o município de Lisboa tem vindo a promover uma agenda urbana particularmente rica em propostas participativas. Desde o primeiro orçamento participativo com carácter deliberativo no país em 2008, passando pela criação de um programa de parcerias locais em territórios vulneráveis, o executivo liderado pelo Partido Socialista tem feito da participação uma marca dos seus mandatos (Falanga e Lüchamnn, 2020). Tanto o orçamento participativo quanto o programa Bip/Zip tiveram enorme visibilidade, no território nacional e também internacionalmente. Ainda assim, o município não se limitou a estes, promovendo outras iniciativas de carácter participativo, como por exemplo o programa «Uma Praça em cada Bairro»³. Por ser a capital do País, Lisboa teve um papel crucial na promoção de um debate sobre as potencialidades e os limites dos processos de participação. O capital de aprendizagem interno do próprio município, partilhado com outras autarquias, é um fator importante para entender algumas alterações que ocorreram no período da pandemia, e decisões que foram tomadas neste âmbito.

Quanto ao orçamento participativo, convém realçar que a decisão de iniciar um percurso de codecisão em 2008, em que os cidadãos ganharam poder de propor e votar em projetos para a cidade, desempenhou um papel importante na difusão de um novo modelo no país. Foram muitas as autarquias que, inspirando-se no orçamento participativo de Lisboa, decidiram arrancar com processos parecidos

² Ver: <https://www.bairrossaudaveis.gov.pt>.

³ Ver: <https://www.lisboa.pt/cidade/urbanismo/espaco-publico>.

na última década⁴. O próprio governo nacional, liderado pelo ex-presidente da Câmara de Lisboa, António Costa, arrancou com três orçamentos participativos nacionais, cujos moldes foram instituídos a partir do modelo lisboeta (Falanga e Fonseca, 2020). Relativamente ao programa de parcerias locais Bip/Zip, este foi pensado a partir de uma necessidade política de atuar de forma mais eficaz e participativa nos chamados territórios prioritários. Em 2010–2011, a definição destes territórios enquanto prioridade do executivo foi, aliás, uma marca da então vereadora do desenvolvimento local, Helena Roseta, para proporcionar novas ferramentas, através de um programa inovador que visava ainda combater um certo estigma associado aos mesmos. À diferença do orçamento participativo, neste programa, os grupos organizados de cidadãos, as associações e também as juntas de freguesia são chamados a formarem redes para a execução de pequenos projetos nos territórios, garantindo o envolvimento das comunidades locais (Falanga, 2020b).

No que diz respeito ao orçamento participativo, o ano 2020 tinha de consagrar uma novidade que despertou muito interesse à escala nacional e internacional: a implementação do primeiro «orçamento participativo verde», um processo inteiramente dedicado à promoção de uma agenda inscrita nos princípios da sustentabilidade urbana⁵. A decisão de se avançar com o orçamento participativo verde tinha sido anunciada pelo próprio presidente da câmara municipal em 2019, sendo uma das atividades de ponta do prémio recebido enquanto capital verde europeia. A suspensão de muitas atividades previstas em 2020 no âmbito deste prémio acabou por envolver também o orçamento participativo verde. Esta decisão foi tomada em prol de outras iniciativas de cariz social e solidário promovidas pelo município, o qual esteve na linha da frente na gestão da emergência à escala municipal e dos bairros mais desfavorecidos. Neste âmbito, o Bip/Zip

⁴ Ver: <http://www.portugalparticipa.pt/>.

⁵ Ver: <https://lisboagreencapital2020.com/>.

desempenhou um papel fundamental, decidindo apostar no potencial adquirido ao longo da última década para reforçar a presença da autarquia nos territórios prioritários e estimular as parcerias locais para iniciativas de impacto para com a emergência sanitária⁶.

Nesta primeira fase da pandemia, contando com a prossecução do programa Bip/Zip e apesar da suspensão do orçamento participativo, o município realizou ainda um ciclo de sessões relacionado com os impactos da covid-19, enquadrando-a como um risco sistémico global. Este ciclo foi coordenado cientificamente pelo Prof. João Ferrão, em colaboração com Carlos Liz e Roberto Falanga, um dos autores deste capítulo (Ferrão *et al.*, 2021). O chamado *Encontro de Urbanismo 2020* foi uma forma de juntar múltiplas vozes numa lógica intersectorial em que a covid-19, enquanto risco sistémico, foi debatida na sua complexidade e transversalidade. Além de especialistas e investigadores, os cidadãos foram envolvidos através de *focus groups*, metade presenciais e metade online, com o objetivo de estabelecer uma ponte entre o município e a experiência diária dos munícipes perante a emergência sanitária⁷.

Num âmbito mais claramente participativo, o lançamento do processo participativo para a requalificação da Praça Martim Moniz⁸ foi um dos eventos mais marcantes de 2020. A saída do antigo vereador do urbanismo em 2019 e a entrada do novo foi acompanhada de uma passagem de pastas, que incluiu a transferência da divisão de participação sob a asa deste mesmo pelouro. A esta componente administrativa, juntou-se a visão estratégica para uma ligação mais articulada entre participação e transformações urbanas. A partir desta sensibilidade política, o município reconheceu e legitimou a contestação feita contra o anterior projeto para esta praça e, após ter recuado da sua execução, abriu espaço de diálogo. Este processo convocou, assim, a cidade inteira sobre uma intervenção estrutural num quadrante

⁶ Ver: <https://bipzip.cm-lisboa.pt/>.

⁷ Ver: <https://www.lisboa.pt/encontro-de-urbanismo-2020>.

⁸ Ver: <https://lisboaparticipa.pt/martimmoniz>.

extremamente complexo da mesma. Devido à redução drástica deste tipo de processos, em prol de medidas de contingência (Falanga, 2020), este processo representou uma aposta fortemente simbólica na agenda urbana com revéberos à escala nacional e internacional.

Um dos autores deste capítulo é consultor deste processo e escreve aproveitando a informação sobre o seu planeamento. Destaca-se, em primeiro lugar, que o processo foi pensado antes do surgimento da pandemia da covid-19, como um plano de ação que previa um conjunto articulado de encontros presenciais e online. A imposição de uma nova agenda de trabalho que acompanhasse de forma cautelosa a evolução da pandemia levou à necessidade de não suspender este processo, mas sim executá-lo em conformidade com as medidas de contenção em vigor. Os poucos elementos que mantiveram um carácter presencial foram pensados como complemento aos instrumentos digitais, tendo em conta objetivos de inclusão social, particularmente importantes neste contexto. O processo participativo foi, assim, estruturado em três grandes fases: (i) auscultação pública sobre vivências atuais e expectativas futuras relacionadas com o local; (ii) desenho de requalificação da praça com base nos resultados da primeira fase de auscultação; (iii) lançamento de concurso internacional com base nos resultados da segunda fase de desenho. Este texto foi escrito na altura em que, após o encerramento da primeira fase, está a ser lançado o calendário para as fases seguintes.

A auscultação dos munícipes, coadjuvada por uma «exposição» online e no local, que visou fomentar uma participação mais informada, foi feita através de um inquérito e vários grupos de discussão (*focus groups*). Uma equipa da divisão de participação no local suportou pessoas que precisassem de compilar o inquérito e fez um trabalho de contacto direto com as entidades públicas (por exemplo, o centro de saúde) e privadas (por exemplo, lojas, restaurantes, hotéis) na praça, para uma maior sensibilização sobre o processo participativo. Estes contactos serviram para chegar aos públicos-alvos mais afastados deste tipo de processos e muito presentes neste contexto, num esforço conjunto com a Junta de Freguesia de Santa Maria Maior.

O processo permitiu proporcionar uma visão multiescalar a partir dos dois instrumentos participativos principais. As perguntas colocadas no inquérito permitiram combinar repostas abertas e fechadas, garantindo a triangulação dos resultados para um maior grau de validade. Os grupos de discussão foram organizados de forma que recolhessem informação de natureza qualitativa, que veio complementar e enriquecer os dados retirados do inquérito⁹.

Numa segunda fase, outro processo participativo que finalmente aconteceu foi o orçamento participativo. Após a interrupção da edição de 2020, o orçamento participativo voltou, mantendo o propósito de promover o financiamento de projetos para a sustentabilidade urbana. Apesar de o prémio para capital verde europeia ter sido em 2020, a divisão de participação avançou com um reforço dos moldes anunciados pelo presidente da Câmara Municipal de Lisboa em 2019, através da incorporação dos principais eixos de ação do Pacto Ecológico Europeu¹⁰. Desta forma, o orçamento participativo projetou-se no debate internacional sobre sustentabilidade urbana, acrescentando ainda uma área de intervenção relacionada com o atual prémio da cidade enquanto capital europeia do desporto. Finalmente, nesta mesma categoria, foi valorizada a promoção da saúde física e mental, reforçando assim o elo com os impactos da pandemia da COVID-19 na cidade. Na altura em que este artigo está a ser escrito, as propostas submetidas estão a ser analisadas, pelo que não é possível extrair ulterior informação sobre este processo. Destacam-se, contudo, mais dois elementos novos. O primeiro tem que ver com a ênfase no papel das empresas, que assinaram com o município um compromisso para uma maior sustentabilidade. Estas empresas deverão ser convidadas a compartilhar na execução de alguns dos projetos vencedores, com o objetivo de chamar os atores privados para um maior protagonismo neste processo. A segunda tem que ver com o reforço da participação juvenil, através de *workshops* organizados com alunos de esco-

⁹ Ver: <https://lisboaparticipa.pt/martimmoniz/em-numeros>.

¹⁰ Ver: <https://op.lisboaparticipa.pt/>.

las secundárias e universidades, numa colaboração com o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

O papel desempenhado na difusão de modelos inovadores para a participação cívica parece intacto no caso de Lisboa. A ligação estreita que os processos participativos têm vindo a criar com o tecido urbano e social da cidade passa por uma articulação que se vai tecendo entre instrumentos de planeamento e o envolvimento mais eficaz dos munícipes na tomada de decisão. Este parece um caminho promissor perante os riscos sistémicos que esta, como outra cidade qualquer, terá de saber enfrentar no futuro próximo.

2. Cascais: a cidadania ativa como elemento de rutura para repensar o «sistema participativo»

Na última década, a Câmara Municipal de Cascais (CMC) tem vindo apostar em muitas práticas participativas complementares, destinadas a atrair e envolver públicos e territórios diferentes. Estes canais têm vindo a consolidar-se gradualmente num verdadeiro «sistema participativo» (Spada e Allegretti, 2020; Falanga *et al.*, 2020), cuja solidez está ancorada não apenas na arquitetura das ações¹¹, mas também na capacitação contínua da equipa organizadora. Durante a pandemia, esta equipa — cujo núcleo se encontra na Divisão de Cidadania e Participação — tem vindo a trabalhar num leque de ações amplo e de geometria variável que privilegiaram o apoio à cidadania ativa (Moro, 2020). Rompendo com qualquer «automatismo» ou adequação dos processos preexistentes em formatos online, o *website* e as redes sociais dão conta do sistema *Cascais Participa*, bem como do papel central desempenhado pelo diário eletrónico *Notícias da Semana*, criado para acompanhar de forma ordenada a emergência sanitária, e oferecer maior transparência sobre as ações e as despesas públicas¹². As etapas da reestruturação foram-se consolidando da seguinte forma:

¹¹ Ver: <https://participa.cascais.pt>.

¹² O diário é uma extensão do preexistente *Notícias de Cascais*, originalmente impresso e com tiragens mensais (<https://www.facebook.com/Not%C3%ADcias-de-Cascais-237516019706199/about>).

A primeira fase viu um congelamento temporário de alguns percursos participativos mais institucionalizados (como o Orçamento Participativo e o Orçamento Participativo Jovem, que se apoiava nas estruturas escolares, entretanto fechadas), à espera de entender quais os desenvolvimentos da pandemia. Ao mesmo tempo, tornou-se evidente que era necessário lidar com algumas urgências e reduzir o risco de «assimetrias» entre cidadãos com condições sociais diferentes e residentes em territórios diversamente equipados. Esta foi uma fase em que a Divisão de Cidadania e Participação trabalhou mais ao serviço de (e em apoio a) outras divisões camarárias, responsáveis pela ação social e pela prevenção no campo da saúde, um âmbito no qual Cascais apostou em formatos participativos nos últimos anos, antecipando-se à transferência de competências para as autarquias locais. O mapeamento social das organizações de voluntariado permitiu apoiar a CMC, quer para trazer apoio às pessoas isoladas e não autossuficientes, quer para a distribuição de máscaras gratuitas e/ou a custos acessíveis¹³. As coletividades locais (bandas musicais, grêmios desportivos, associações culturais ou de apoio social de bairro, etc.) também ajudaram, em função da média de idade dos seus voluntários, mais baixa do que a de grupos que atuavam anteriormente no apoio aos cidadãos mais vulneráveis (como é o caso das Conferências Vicentinas). Estas, muitas vezes dependentes das doações de restaurantes (como foi o caso de organizações como a ReFood) e outras estruturas fechadas no confinamento, não conseguiram desenvolver a sua atividade de apoio às pessoas e grupos marginalizados.

Foi nessa fase que se estruturou o apoio da CMC para projetos como o da comunidade «Somos Todos Diamantes», em São Domingos de Rana e Outeiro de Polima (para entrega de bens alimentares)¹⁴, utilizando até metodologias de incentivo, como aquelas anteriormente usadas em processos participativos como o «Banco de Ideias» (BIC)¹⁵,

¹³ Ver: <https://www.cascais.pt/sub-area/covid-19-programa-mascaras-acessiveis>.

¹⁴ Ver: <https://www.cascais.pt/noticia/somos-todos-diamantes-recolhe-alimentos>.

¹⁵ Ver: <https://www.cascais.pt/projeto/banco-de-ideias-de-cascais>.

que preveem o cofinanciamento da câmara junto do *crowdfunding* para a recolha de bens de primeira necessidade, via parcerias e sinergias da sociedade civil. Para compensar o congelamento de alguns processos participativos, foram abertas novas «rotinas participativas», como a chamada «Democracia Digital», um encontro aberto do presidente da Câmara de Cascais com os munícipes na plataforma Facebook¹⁶: uma aposta fundada na possibilidade de um diálogo aberto, numa altura de dificuldade prática e emocional, em que os autarcas se tornaram figuras ainda mais centrais da política local.

A segunda fase viu a reorganização incremental da administração interna para agilizar o funcionamento de «*back office* e *front office* participativo», que no passado era muito focado na permanente convivência entre os membros das equipas, na intercambiabilidade dos papéis exercidos entre diferentes funcionários e colaboradores, e no diálogo com os cidadãos nos espaços participativos consolidados e «ao pé das obras». Foram recortados novos espaços de socialização das equipas em teletrabalho, e criadas funções «especializadas» de animação e «*team making*», incluindo grupos nas redes sociais como ponte entre vida privada e vida pública/comunitária. Também foram abertos espaços novos de formação e aprendizagem mútua, que tinham estado mais «comprimidos» e intermitentes no passado, para tornar mais estável a cooperação entre instituições e cidadãos em múltiplas formas. A dimensão do «bairro» e das relações de vizinhança ganharam nova visibilidade com o projeto «Reinventar o Bairro» e a premiação de pequenas ideias que animam o espaço dos fregueses. As graduais reaberturas permitiram desenvolver uma estratégia «omnipervasiva» de microações participativas capilares, ligadas a metodologias como o «urbanismo tático» (Dias Gomes *et al.*, 2019; Caneschi, 2018). Nesta fase, houve adequações em alguns processos existentes do sistema participativo, como o Fix Cascais¹⁷ e os Tutores de Bairro¹⁸, porque

¹⁶ Ver: <https://www.cascais.pt/noticia/covid-19-democracia-digital>.

¹⁷ Ver: <https://www.cascais.pt/fixcascais>.

¹⁸ Ver: <https://ambiente.cascais.pt/pt/projetos/tutor-do-bairro>.

avançaram muito as atividades de implementação, monitorização e catalogação online das obras planeadas no passado¹⁹ e a de reformulação do *website*.

Também houve leves mudanças no «CityPoints Cascais»²⁰, a aplicação inovadora da InnoWave Technologies, que visa promover boas práticas de cidadania e reconhecer publicamente os cidadãos que contribuem ativamente para a sustentabilidade e o empenho cívico no território (acumulando pontos ao realizar ações predefinidas e trocar os pontos por vales de produtos ou serviços oferecidos pelos parceiros locais que adiram ao projeto). Ao mesmo tempo, os programas dedicados aos jovens tentaram promover a discussão de políticas de interesse²¹, incluindo um novo eixo de «troca» que valoriza o conhecimento dos nativos digitais para apoiar os cidadãos adultos, especialmente os idosos, no uso de aplicações e *websites* que fornecem serviços que eles não conseguem aproveitar por falta de alfabetização informática.

A terceira fase, iniciada em 2021, tem que ver com o «repensamento estratégico do sistema participativo», e especialmente com a expansão do leque dos investimentos públicos em diferentes áreas temáticas dentro do novo quadro de descentralização²² e de cooperação com a sociedade civil. Programas como o orçamento participativo e o orçamento participativo jovem estão a ser retomados, com alterações nos tempos e lugares de realização das sessões, mantendo um formato híbrido com protocolos de segurança, através de reuniões em espaços abertos ou arejados. A revisão do regulamento do orçamento participativo jovem para 2021/2022 — promovida por intermédio de

¹⁹ Ver: <https://data.cascais.pt/pt-pt>; <https://www.cascais.pt/video/op-cascais-ma-nha-de-orcamento-participativo-em-cascais>; e o georeferenciamento das obras do orçamento participativo em <https://op.cascais.pt/orcamento-participativo/projetos-vencedores>.

²⁰ Ver: <https://www.cascais.pt/citypoints>.

²¹ Ver: <https://jovem.cascais.pt>.

²² Ver: <http://www.portalautarquico.dgal.gov.pt/pt-PT/transferencia-de-competencias/>.

uma série de reuniões com representantes de alunos e professores²³ — pretende inserir estatutariamente as votações online que os jovens tinham recusado no passado, e que durante a pandemia tornaram-se na única maneira para dar continuidade ao processo. Nesta fase de reconstrução, ficam por conhecer os impactos dos programas de diálogo social e apoio ao voluntariado e estes estarão em condição de manter o ativismo experimentado no ano mais duro da pandemia. Também resta saber quais serão as atividades e os programas promovidos em 2020 que poderão agregar-se de forma permanente ao «sistema participativo».

Cascais comprova a apropriação de uma visão de cidade e de diálogo entre instituições e cidadãos que se pode construir em cima de uma década de «inovações democráticas» variadas e cada vez mais integradas. Apesar da incerteza sobre o futuro, a integração entre cidadania e participação tem vindo a adquirir um peso diferente, e há aspetos que se desenvolveram durante as fases mais duras da pandemia que ficarão como dados de partida para uma integração ainda maior no futuro.

3. Valongo: uma maior articulação entre antigos e novos processos participativos numa visão sistémica

Desde 2014 que Câmara Municipal de Valongo (CMV) tem vindo a ganhar uma visibilidade especial, quer pela construção de um leque amplo de processos participativos, quer pela ativa militância na RAP (a Rede de Autarquias Participativas Portuguesas), que atualmente coordena. A aposta do seu presidente foi na necessidade de tornar mais visíveis as capacidades inovadoras das cidades periféricas das áreas metropolitanas, e a ligação entre transparência e participação. Usando o lema «Comunidade mais esclarecida, Comunidade mais Participativa», Valongo conseguiu, desde 2016, um lugar muito ele-

²³ Ver: <https://op.cascais.pt/orcamento-participativo/noticias/606b6f99ebba8000f6501568/undefined>.

vado nos *rankings* nacionais de Transparência e Integridade (TIAC)²⁴ e da Dyntra²⁵, investindo também em cursos de literacia financeira e orçamentária abertos para jovens e adultos, com a colaboração do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP).

Em 2020²⁶, embora adiada para agosto e em formato online, a boa prática da «Semana da Prestação de Contas»²⁷ serviu para potenciar o portal de transparência municipal²⁸ num ano em que a clara difusão de dados foi considerada mais importante «do que nunca»²⁹. Sob o mote «quem não deve não teme», foi também criado no sítio web do município um separador específico no qual se discriminam todas as despesas extraordinárias relacionadas com o combate e a prevenção da covid-19. Também, entre 2020 e 2021³⁰, a CMV complementou estas atividades com uma série de iniciativas de capacitação online sobre microcrédito e outras modalidades para a criação de emprego, com o objetivo de estimular os cidadãos a imaginar as suas vidas depois dos períodos de confinamento. Durante a pandemia, e à semelhança do que fez Cascais, uma das primeiras ações do governo autárquico foi facultar máscaras gratuitamente para permitir condições mínimas de ação em segurança. A organização de grupos de voluntários das chamadas «Brigadas das máscaras» incluiu funcionários públicos e coletividades locais, norteados pela ideia de que «conhecemos muito pouco dos outros e neste momento temos que cuidar de todos indistintamente, porque precisamos um do outro e não estamos

²⁴ Ver: https://transparencia.pt/wp-content/uploads/2018/04/Resultados_ITM_2017.xlsx.

²⁵ Ver: <https://portugal.dyntra.org/poi/camara-municipal-de-valongo>. Ver também: <https://verdadeiroolhar.pt/2020/11/23/valongo-e-o-2-o-mais-transparente-em-indice-que-avaliou-os-50-maiores-municipios>.

²⁶ Ver: <https://www.jornalnovoregional.pt/2020/08/camara-de-valongo-presta-contas>.

²⁷ Ver Moreira (2016).

²⁸ Ver: <https://www.cm-valongo.pt/pages/461>.

²⁹ Ver J.M. Ribeiro em: <https://www.jornalnovoregional.pt/2020/08/camara-de-valongo-presta-contas>.

³⁰ Ver: https://www.cm-valongo.pt/pages/567?event_id=161415.

em condições de saber exatamente quem são as pessoas que mais necessitam, mas temos que as descobrir na ação diária no território»³¹.

A pandemia não parou o processo «Eu conto» que, desde 2017, constitui o primeiro Orçamento Participativo dedicado aos funcionários autárquicos, que deliberam sobre uma parcela do orçamento municipal que diz respeito ao aumento de qualidade do seu lugar e da sua vida de trabalho³². A Divisão de Cidadania e Juventude foi reforçada com vários novos colaboradores, enquanto um trabalho específico foi feito para construir o espírito da equipa e para motivar funcionários e colaboradores num momento difícil da vida privada e pública, especialmente porque a existência de vínculos laborais precários poderia não favorecer a coesão e manter as políticas públicas a par das necessidades. De uma maneira geral, a «suspensão» dos processos participativos foi de breve duração, e teve natureza «técnica» para adequar um plano que tinha sido centrado em iniciativas presenciais. Assim, o Orçamento Participativo Jovem (OPJV) — dedicado ao envolvimento de cidadãs e cidadãos dos 6 aos 35 anos —, depois de uma breve paragem para reorganizar os seus formatos — acabou por aumentar quer os participantes, quer a receita (de 150 000 para 200 000 €³³), numa aposta participativa mais elevada do que no passado. No arranque da nova edição, de 2021, todo o processo foi forjado com um «planeamento alfabético» (planos A, B e C, no caso de diferentes graus de possível reabertura das atividades presenciais), uma modalidade que passou a ser usada para todos os percursos de diálogo social e na própria organização das equipas camarárias, que passaram a ter sempre coordenadores substitutos para qualquer necessidade de reorganização.

As atividades online não foram usadas para substituir os momentos presenciais de forma indiscriminada, mas tiveram um papel de

³¹ Entrevista dos autores à coordenadora da Divisão de Cidadania e Juventude, realizada em 12/04/2020.

³² Ver: <https://valongo.participare.io>.

³³ Ver: <https://opjv.cm-valongo.pt>.

«conexão de longo alcance» entre grupos. Os espaços online foram usados quando se tornou necessário juntar comunidades mais extensas, evitando agrupamentos, que poderiam aumentar o risco de desviar os resultados de ações participativas, que beneficiam de um alto teor de diversidades entre os participantes. O potenciamento de algumas políticas foi acompanhado por uma ação de análise e replaneamento metucioso daquelas ações que não se conseguia desenvolver presencialmente. Nesta perspetiva, a CMV apoiou a formação de funcionários e colaboradores, investindo na presença em redes internacionais e inovações sociais e administrativas, sendo que o teletrabalho ajudou neste sentido.

A inovação que aproveitou mais da revisão do Plano Diretor Municipal³⁴, e da acrescida familiaridade com o uso diário das ferramentas digitais, foi o processo participativo «Valongo 4.0», focado no reconhecimento da «importância decisiva do envolvimento das crianças e jovens na participação cívica»³⁵ e na melhoria do seu território. O projeto, que tem duas linhas de ação para idades diferentes, pretende «conhecer os territórios que habitam as crianças e jovens, e promover processos de experimentação concreta — em espaço público — de ideias e propostas para a sua melhoria», fomentando «desde cedo práticas de participação cívica», através de um apelo «à sua criatividade e capacidade de inovação». Pela primeira vez, a CMV aposta também no envolvimento de crianças em idade pré-escolar, contando com as Direções dos Agrupamentos de Escolas, as Associações de Pais do Concelho e o Laboratório de Planeamento e Políticas Públicas da Universidade de Aveiro.

Para os mais novos, o processo *À procura do meu lugar*³⁶ tem vindo a distribuir um «Caderno de Desafios» para mapear os «espaços de brincar» em diálogo com pais, avós, professores e amigos, identifi-

³⁴ Ver: https://www.cm-valongo.pt/pages/575?news_id=2053.

³⁵ Ver: https://www.cm-valongo.pt/pages/1101_4.0.

³⁶ Ver: <https://www.facebook.com/aprocuradomeulugar> e <https://www.cm-valongo.pt/pages/1145>.

cando pormenorizadamente os aspetos positivos e negativos que os caracterizam, e sugerir propostas para o seu melhoramento. Para os adolescentes e os jovens também foi previsto um «Hackathon» virtual, para a elaboração de protótipos de ações experimentais que o Município se compromete em concretizar. Para inserir estas ações num quadro mais amplo, a CMV aderiu à rede das Cidades Amigas das Crianças, e está a começar a articulação entre diferentes inovações já experimentadas e o novo Conselho Municipal das Crianças³⁷. Relativamente aos mais idosos, o projeto de literacia digital ASA 4.0 (Acreditamos em Seniores Ativos) foi desenvolvido em parceria com a Fundação Virtual Educa, investindo cerca de 170 000 € para habilitar mais de 800 cidadãos através de ações de capacitação e participação digital que lhes permitam «acompanhar a revolução tecnológica» e «diminuir o sentimento de solidão e isolamento»³⁸, salientou o presidente da Câmara Municipal de Valongo, referindo que as atividades realizadas online não abrangem a totalidade dos seniores inscritos por falta de meios e conhecimentos informáticos.

Alguns dos projetos citados da CMV inserem-se num quadro de ações já consolidadas com o processo da «Biblioteca Humana» — uma boa prática iniciada em 2016³⁹ e objeto de uma publicação metodológica da RAP, apresentada no início da pandemia em 2020⁴⁰ — que valorizam as narrativas individuais como espaços de negociação de um «sentido em comum» e de combate contra a violência.

Neste quadro, vale a pena realçar que o período da pandemia trouxe a ideia de interligar todos os diferentes processos participativos numa nomenclatura global designada por «Comunidade mais esclarecida, comunidade mais Participativa», que integra, de forma sistémica, quer o OPJV, quer todos os projetos acima referidos, para

³⁷ Ver: <https://www.lacittadeibambini.org/>.

³⁸ Ver: <https://www.jornalnovoregional.pt/2021/04/800-tablets-para-integrar-digitalmente-seniores-de-valongo>.

³⁹ Ver: https://www.cm-valongo.pt/pages/575?news_id=532.

⁴⁰ Ver: https://www.oficina.org.pt/uploads/7/0/6/1/70619115/biblioteca_humana.pdf.

maximizar os efeitos de *cross-selling* (ou seja as múltiplas interações que permitem ter conhecimento e transitar de um processo ao outro) e remarcar que a participação deve ser vista não como caso pontual, mas como uma estratégia de vida e um âmbito central de ação da autarquia. Para consolidar essa correlação de mútua cooperação entre processos e evitar que cada um fique «estaque» em relação aos outros, foram previstos alguns requisitos: por exemplo, as propostas de crianças e jovens que resultarem da auscultação do «Valongo 4.0.» passam a ser integradas na próxima edição do OPJV, para aumentar as oportunidades de implementação, enquanto os jovens participantes no OPJV deverão registar-se como leitores da biblioteca municipal, vindo assim a contribuir também para o projeto designado por «Ler não custa nada», que permite que qualquer leitor que identifique um livro em falta nas bibliotecas camarárias possa propor a sua compra, aumentando assim a oferta.

4. Conclusões abertas: à procura de novos rituais

As três histórias de Lisboa, Cascais e Valongo mostram como os impactos da pandemia não paralisaram a ação participativa das autarquias, mas criaram pelo contrário um terreno fértil de reflexão, consolidação e (re)invenção de algumas práticas. O congelamento de algumas práticas existentes em 2019 e programadas para 2020 não oferece uma fotografia fidedigna daquilo que conseguimos apurar empiricamente nos municípios. O amadurecimento da experiência participativa na última década foi capaz de produzir as condições ideais para assentar em cima de novos saberes e ferramentas uma nova fase de experimentação democrática no país, conforme sinalizado pela retoma gradual de antigos e novos processos.

O ano de 2020 representou uma oportunidade para descomprimir os processos participativos de uma certa uniformização que promete avançar para novos rituais. Novas formas de «profissionalismo reflexivo», «análise crítica» e «polinização cruzada» foram encontradas nas três histórias referidas neste texto. E, além do papel de cada autar-

quia enquanto ator singular, um dos protagonistas destes últimos meses foi certamente a Rede das Autarquias Participativas Portuguesas (RAP), um sujeito coletivo criado em 2014 no âmbito do projeto «Portugal Participa: Caminhos para a Inovação Societal» (Falanga e Ferrão, 2020). Como destacado no Relatório de Atividades 2020 (Oficina 2021a⁴¹), a opção da RAP no primeiro ano da pandemia foi de estruturar espaços de reflexão para autarcas e funcionários empenhados em práticas de participação, que propiciassem quer um diálogo com outras redes e experiências internacionais, quer uma troca sobre problemas e desafios comuns, incluindo a consideração que (sendo 2021 um ano eleitoral para as autarquias) seria oportuno evitar o risco que a suspensão temporânea dos processos se traduzisse numa interrupção de médio ou longo prazo.

Os esforços, quer do presidente da Câmara de Valongo, quer da Oficina⁴² — uma empresa social que coordena a secretaria executiva da RAP — visaram manter a atenção elevada sobre o tema da participação cívica, através de publicações, tais como os boletins «Em Rede»⁴³, que foram regularizando as suas edições, e iniciativas, como no caso do prémio «Eu Participo», destinado a jovens com idades entre os 14 e os 30 anos, para «reconhecer e valorizar iniciativas de cidadania ativa apostadas em fomentar a solidariedade e a entreajuda, bem como aliviar a situação de isolamento social da população no contexto da crise sanitária provocada pelo novo coronavírus»⁴⁴.

Entre as outras iniciativas da RAP, destacam-se ainda o *workshop* de junho de 2020, para a construção coletiva de um Sistema de Avaliação da Qualidade dos Orçamentos Participativos em Portugal⁴⁵

⁴¹ Ver: https://www.oficina.org.pt/uploads/7/0/6/1/70619115/relat%C3%B3rio_rap_2020.pdf.

⁴² Ver: <https://www.oficina.org.pt/noticias>.

⁴³ Ver: <https://www.oficina.org.pt/boletim-rap.html>.

⁴⁴ Ver: <https://www.oficina.org.pt/uploads/7/0/6/1/70619115/pr%C3%89mio.pdf>.

⁴⁵ Ver: <http://www.portugalparticipa.pt/Schedule/Details/9baeffe4-a81d-4e94-a210-cd3e09636b41>.

(ligado à Carta da Qualidade dos Orçamentos Participativos de 2017) e o duplo inquérito sobre «A inclusão de grupos sub-representados nos processos participativos» (Serrano *et al.*, 2020), uma investigação-ação colaborativa sobre conceitos e ações de inclusão por parte dos municípios⁴⁶. Neste sentido, a edição 2021 do prémio anual de «Boas Práticas de Participação» — finalizado a «fomentar o desenvolvimento das práticas e a sua melhoria contínua»⁴⁷, concentrou-se na inclusão de grupos sub-representados, resultando na edição mais concorrida de sempre⁴⁸. Finalmente, há dois temas que foram ainda destacados nos dossiês temáticos da RAP no período da pandemia: o papel das moedas complementares perante a crise, e o envolvimento de crianças e jovens nos processos de participação. Em ambos os casos, o objetivo será de maior inclusão com os indivíduos e grupos que têm vindo a sofrer particularmente com os impactos da pandemia. O envolvimento da Oficina e — indiretamente — da RAP no novo projeto internacional «Inova Juntos. Cooperação Urbana Triangular para Inovação e Sustentabilidade»⁴⁹ é particularmente promissora para o futuro por valorizar a experiência de 12 territórios portugueses no âmbito de temas ligados à resiliência e à redução de risco (incêndios, por exemplo), por via de iniciativas participativas.

Terminamos este texto destacando seis inquietações que sentimos serem contributos essenciais para um debate robusto e substancial em torno do futuro dos processos participativos numa visão estraté-

⁴⁶ Ver também o Boletim *Em Rede* n.º 5 (pp. 23–26), sobre a parte do inquérito intitulada «Análise do caráter inclusivo das páginas de Internet dedicadas aos processos participativos», em: https://www.oficina.org.pt/uploads/7/0/6/1/70619115/boletim_rap_5_-_novembro_2020_compressed.pdf.

⁴⁷ Ver: <http://portugalparticipa.pt/Home/Prizes>.

⁴⁸ Foram apresentadas 29 candidaturas (ver: https://www.oficina.org.pt/noticias/sexta-edicao-do-premios-de-boas-praticas-de-participacao-e-a-mais-concorrida-de-sempre?fbclid=IwAR0bLp9-FmWB_t-mEbPvh0QNbF3qgdzVvZEZ0o5vXR-Zyf4DpVoBEiNCHeFo).

⁴⁹ Ver: <https://ces.uc.pt/investigacao/projetos-de-investigacao/projetos-financia-dos/inova-juntos>, e www.inovajuntos.cnm.org.br.

gica de «anticorpo às lacunas e desigualdades» existentes até agora (Allegretti, 2020b).

Em primeiro lugar, Portugal tem vindo a mostrar uma consciência crescente sobre as implicações dos processos participativos no que tange aos recursos humanos e financeiros. As administrações que têm experimentado inovações democráticas nos últimos anos e que acreditavam de ter atingido a fase de «amortização» dos seus custos, incluindo os custos das ferramentas necessárias para funcionarem online, perceberam a necessidade de reforçar o seu investimento. Caso contrário, as barreiras e os *gatekeepers* identificados ao longo da última década correm o risco de ser reproduzidos ou até amplificados, prejudicando a contundência da participação cívica nas políticas públicas. Mas será que em ano de eleições os municípios estarão dispostos a investir mais neste âmbito?

Em segundo lugar, pesquisas realizadas por municípios de vários países⁵⁰ mostram que a covid-19 mudou a perceção dos cidadãos sobre várias questões: a) tornou-os temerosos de todas as formas de atividades sociais que envolvam encontros e contatos com estranhos (e não é previsível quando esse medo acabará); b) tornou parcialmente impossível o uso da tecnologia da informação como forma de contato social substituto (já que a saturação devido ao uso para funções de trabalho, estudo e contato com a família e amigos pode tornar as formas de «civismo inteligente» via TIC num acréscimo de carga desagradável); c) contraiu os espaços do nosso quotidiano, tornando o nosso entorno (estritamente interligado à nova centralidade do espaço doméstico) mais míope, mas talvez mais sólido quanto à profundidade — e certamente mais capaz de valorizar as dimensões do bairro, dos espaços verdes de qualidade e do comércio de proximidade; d) tornou toda a programação preventiva incerta e insegura, devido à imponderabili-

⁵⁰ Ver o caso do inquérito «Reggio Emilia, como vai?» em Itália, que fez escola: [https://www.comune.re.it/retectivica/urp/retecivi.nsf/PESIdDoc/C717B4359E3ED373C125854D003F352A/\\$file/Reggio%20Emilia%20come%20va%20-%20Report%20completo.pdf](https://www.comune.re.it/retectivica/urp/retecivi.nsf/PESIdDoc/C717B4359E3ED373C125854D003F352A/$file/Reggio%20Emilia%20come%20va%20-%20Report%20completo.pdf).

dade de fatores externos e interligados que restringem a capacidade de planeamento. Embora não haja certeza sobre a profundidade e a duração dessas «mudanças de estado» temporárias, parece-nos provável que essas tragam novos temas para os processos participativos.

Conforme referido acima, os períodos de confinamento mostraram a propensão para discutir questões que a participação no passado tendeu a deixar de lado, tais como o desmantelamento de alguns serviços públicos em prol de interesses privados; a necessidade de uma infraestrutura digital ágil e acessível; a necessidade de reduzir a burocracia e simplificar os procedimentos burocráticos da administração pública; a impossibilidade de adiar ainda mais uma reflexão séria sobre a relação humano/não-humano; a interconexão entre problemas de saúde pública, formas de urbanização, uso do solo (inclusive agrícola) e poluição; a necessidade de repensar o «bom viver» em torno de novos padrões de estruturação do espaço doméstico, de acordo com o potencial de convivência mais próxima, intensa e duradoura entre as pessoas, necessidades múltiplas e funções diferentes e multidimensionais. Tudo isto sugere um terceiro aspeto que diz respeito ao aumento do grau de exigência dos cidadãos perante as instituições, bem como à redução dos prazos e da qualidade das respostas; e pode levar a uma relutância dos cidadãos em aparecer em arenas concebidas apenas para lidar com questões agora percebidas como secundárias e marginais (Ferrão *et al.*, 2021).

Em quarto lugar, a pandemia mostrou como a divulgação diária de (e comentários sobre) dados ligados aos impactos da pandemia, bem como às decisões políticas, com a crescente visibilidade de profissionais e especialistas no campo da saúde, aceleraram a capacidade de organizar infografias acessíveis. Várias organizações cívicas e movimentos ciberativistas de diversos países têm vindo a juntar forças para acrescentar, completar e/ou confirmar esses dados, na tentativa de propor uma perspectiva *bottom-up* e, em alguns casos, uma alternativa às narrativas oficiais⁵¹, favorecendo uma «aprendizagem coletiva

sobre o papel dos dados na sociedade» (Bonini, 2020). Debates essenciais sobre a recolha e utilização de Big Data, tais como os derivados do rastreio do contágio, como foi no caso da aplicação móvel STAYAWAY COVID em Portugal⁵², questionaram o papel destas ferramentas e a aceitação social daquilo que Zuboff (2019) e David Theo Goldberg chamam de «capitalismo de vigilância», mostrando uma certa relutância perante o controlo exercido por entidades públicas e (em medida menor) multinacionais privadas (Bonini, 2020).

Em quinto lugar, nos meses de emergência pandémica, tornou-se fundamental recalibrar o equilíbrio entre saberes especializados e os saberes ditos «comuns». O papel dos especialistas, particularmente virólogos, destacou ainda mais o processo de crise dos saberes dominantes, suscitando focos de contestação significativa em vários países. A desorientação que esta crise comporta e os riscos de uma relativização excessiva do conhecimento leva consigo questões fundamentais que precisam ser consideradas de maneira mais aprimorada. A política não é por mandado neutra, e a sua relação com o saber especializado tem de ter em conta a intensificação do pluralismo epistémico, a existência de diferentes fórmulas interpretativas e a necessidade de

em 2012), para discutir os dados ministeriais e seu significado, ou os círculos criados em torno do trabalho investigativo do «Eco di Bergamo», o «Covid19Italia.Help» da Action Aid (um mapeamento nacional interativo de iniciativas de solidariedade espontânea e institucional, apoio psicológico, captação de recursos e desmascaramento de notícias falsas, criado pelo mesmo grupo de *hackers* cívicos do projeto «EarthQuakeCentroItalia»), e «Passa il tempo, passa la bufera» da cooperativa Kilowatt de Bolonha (<https://kilowatt.bo.it/passa-il-tempo-passa-la-bufera-un-esperimento-di-etnografia-domestica-collettiva>). Este último representa uma etnografia doméstica «remota», imaginada como a promoção de uma «tecnologia de si» foucaultiana (numa amostra de 583 pessoas), para estimular um ritual de auto-observação coletiva por meio de questionários online com questões abertas (por exemplo, em coexistência paradoxal da necessidade dos outros e da necessidade de solidão), renovada uma vez por semana durante cinco semanas e traduzida em informações gráficas e diários coletivos, que forneceram um retrato do clima doméstico durante a pandemia.

⁵² Ver: <https://stayawaycovid.pt>.

⁵¹ Bonini (2020) cita, por exemplo, casos italianos, como os diversos grupos do Facebook (como a Datatinja, comunidade de jornalistas, cidadãos e pesquisadores criada

um maior diálogo entre saberes contextuais e ciências. Esta dinâmica não resultará fora de uma reflexão estruturada sobre as ferramentas participativas a disposição para permitir a presença de especialistas e não-especialistas num espaço interativo que não pode ser gerido mecanicamente. Este espaço não pode, aliás, ser pensado fora das dinâmicas de poder emergentes, nem ignorando os efeitos psicológicos e de aprendizagem cognitiva nos diversos públicos participantes.

Finalmente, acreditamos que uma inquietação de máximo relevo origina da articulação entre entidades diversas e, sobretudo, instituições, numa ótica interescalar, cujo mandado é de oferecer o conhecimento e as ferramentas para alavancar políticas públicas eficazes em diversos domínios de atuação pública. Paralelamente, esta articulação deverá incorporar antigos e novos grupos sociais que possam, de forma independente, conceber, realizar e monitorizar essa mesma atuação. Parece-nos que só através do trabalho conjunto será possível pensar em novos caminhos para intensificar a democracia através dos processos de participação, cada vez menos dependentes das agendas políticas e das conjunturas e, portanto, menos refém das entropias que, em muitos casos, são trazidas pelas próprias instituições, em prol de novos circuitos de subsidiariedade vertical e horizontal.

BIBLIOGRAFIA

- ALLEGRETTI, G. (2020a), *Refundar a participação cívica: um imperativo para a reconstrução do «novo normal»*, Universidade de Coimbra, https://noticias.uc.pt/wp-content/uploads/2020/05/Giovanni-Allegretti_artigo.docx.
- ALLEGRETTI, G. (2020b), «Ricostruire la partecipazione civica nella nuova normalità. Alcuni indirizzi per una possibile rifondazione», *CONTESTI. Città, territori, progetti Special issue 3/2020: Beyond the Pandemic: Rethinking Cities and Territories for a Civilisation of Care*. Pode-se descarregar em: [Allegretti_just accepted \(3\).pdf](#).
- ALLEGRETTI, G. (2020c), «Participação cívica», *Palavras para lá da pandemia: cem lados de uma crise*, consultado em 08.04.2021, em <https://ces.uc.pt/publicacoes/palavras-pandemia/?lang=1&id=30505>. ISBN: 978-989-8847-24-9.

- ALLEGRETTI, Giovanni (2020c), «Civic participation», *Words beyond the pandemic: a hundred-sided crisis*, consulted at 08.04.2021, in <https://ces.uc.pt/publicacoes/palavras-pandemia/?lang=2&id=30505>. ISBN: 978-989-8847-28-7.
- BÉZARD, A. 2020, *Quel Budget participatif pour le «Monde d'après»? (7/20)*.
- BÉZARD, A. (2020), «Le Covid-19 va aussi changer le Budget participative», *Lesbudgetsparticipatifs.fr*, 15/04/2020: <https://lesbudgetsparticipatifs.fr/author/admin8680/page/2/> *Lesbudgetsparts.fr*
- BLAKELY, E.J. (2011), *My Storm: Managing the Recovery of New Orleans in the Wake of Katrina (The City in the Twenty-First Century)*, Hardcover – Download: Adobe Reader, December 16, 2011.
- BLAS A., IBARRA P. 2006, «La participación: estado de la cuestión», *Cuadernos Hegoa*, 39, pp. 5–35
- BOND A., MORRISON-SAUNDERS, A., GUNN, J.A., POPE, J., RETIEF, F. (2015) «Managing uncertainty, ambiguity and ignorance in impact assessment by embedding evolutionary resilience, participatory modelling and adaptive management», *J. Environ Manage* 151:97–104
- BONINI T. (2020), «Making Sense of the Pandemic through Data: The Italian Case», in *BigDataSur-COVID: Data ACTIVISM*, 24/06/2020, <https://data-activism.net/2020/06/bigdatasur-covid-making-sense-of-the-pandemic-through-data-the-italian-case>.
- CANESCHI F. (2018), *Urbanismo tático e «arquitectura DIY» no espaço público*, dissertação de mestrado integrado em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto
- CARMO, L. (2020), «Como se faz uma revolução em quarentena?», in *Diário de Notícias*, 28/04/2020, Consultado aqui: <https://www.dn.pt/lisboa/como-se-faz-uma-revolucao-em-quarentena-12126947.html>.
- CASILLO I. 2020, «À quoi servent les citoyen(ne)s face à la crise du Covid-19?», *AOC media — Analyse Opinion Critique*, 29/04/2020.
- DIAS GOMES, J., DIAS GOMES, L., & COUTO MELLO, M. M. (2019), «O urbanismo tático e o direito à cidade: Tactical urbanism and the right to the city», in *Revista Políticas Públicas & Cidades* – 2359-1552, 8(4). Recuperado de <https://rppc.emnuvens.com.br/RPPC/article/view/388>.
- DIAS, N. (2018), *Hope for Democracy. 30 years of Participatory Budgeting Worldwide*. Faro, Epopeia/Oficina.

- DIAS, N.; ENRÍQUEZ, S.; JÚLIO, S. (org.), (2019), *The Participatory Budgeting World Atlas 2019*, Epopeia/Oficina.
- FALANGA, R., FERRÃO, J. (2020) «The Evaluation of Citizen Participation in Policymaking: Insights from Portugal», *Evaluation and Program Planning*, online first. DOI: 10.1016/j.evalprogplan.2020.101895.
- FALANGA, R., FONSECA, I.F. (2020), «The Scaling-up of Participatory Budgeting. Insights from Brazil and Portugal», in LAURIA, Mickey and SCHOTTERBACK, Carissa Slivery (Eds.), *Learning from Arnstein's Ladder* New York, Routledge. ISBN: 978-042-929-009-1.
- FALANGA R., LÜCHMANN L.H.H. (2020), «Participatory Budgets in Brazil and Portugal: Comparing Patterns of Dissemination», *Policy Studies*, 41(6), 603–622. DOI: 10.1080/01442872.2019.1577373.
- FALANGA R., LÜCHMANN L.H.H., NICOLETTI, A., CARGNIN DOMINGOS, H. (2020), «Participatory budgets in Canoas (Brazil) and Cascais (Portugal). A comparative analysis of the drivers of success», *Journal of Civil Society*. Ahead of print. DOI: 10.1080/17448689.2020.1788246.
- FALANGA, R. (2020) «Formulating the success of citizen participation in urban regeneration: Insights and perplexities from Lisbon», *Urban Research and Practice*, 13(5), 477-499. DOI: 10.1080/17535069.2019.1607895.
- FALANGA, R. (2020a). *Citizen participation during the covid-19 pandemic: Insights from local practices in European cities*, Friedrich Ebert Stiftung.
- FERRÃO, J., FALANGA, R., LIZ, C. (2021), «Covid-19: Preparing our cities for global risks — Urban Planning Meeting 2020», Municipality of Lisbon. Disponível em: https://www.lisboa.pt/fileadmin/special_areas/ev_encontros_urbanismo/RelSint_EncUrbanismo_2020_en.pdf.
- FORESTER, J. (1995), «Deliberazione politica, pragmatismo critico e storie traumatiche: over non lasciare il dolore fuori della porta», *CRU n.º 4*, pp. 60–79.
- GAVENTA, J. (2005), *Reflections on the Uses of the «Power Cube». Approach for Analyzing the Spaces, Places and Dynamics of Civil Society Participation and Engagement*, CFP evaluation series 2003-2006: no 4.
- GELLI, F. (2020), «Partecipazione e fragilità. Ripensare all'azione collettiva dalla rappresentazione delle storie traumatiche», *Osservatorio su città e trasformazioni urbane della Fondazione Feltrinelli*, 19/10/2020, <https://fondazionefeltrinelli.it/partecipazione-e-fragilita/>.

- GIULIANI, G. (2020), *Monsters, Catastrophes and the Anthropocene A Postcolonial Critique*, Routledge.
- GRAY, S.A., GRAY, S., DE KOK, J.L., HELFGOTT, A.E., O'DWYER, B., JORDAN, R., NYAKI, A. (2015), «Using fuzzy cognitive mapping as a participatory approach to analyze change, preferred states, and perceived resilience of social-ecological systems», *Ecol Soc.*, <https://doi.org/10.5751/ES-07396-200211>.
- HENLY-SHEPARD, S., GRAY, S.A., COX, L.J., (2015), «The use of participatory modeling to promote social learning and facilitate community disaster planning», *Environ Sci Policy* 45:109–122.
- HERRERA, H., KOPAINSKY, B., «Using system dynamics to support a participatory assessment of resilience», *Environ Syst Decis* 40, 342–355 (2020), <https://doi.org/10.1007/s10669-020-09760-5>.
- HORTON, R. (2020a), *The Covid-19 Catastrophe: What's gone wrong and how to stop it happening again*, Cambridge: Polity Books.
- IDNDR (International Decade for Natural Disaster Reduction), 1994, «Yokohama strategy and plan of action for a safer world: Guidelines for natural disaster prevention, preparedness and mitigation» http://www.unisdr.org/files/8241_doc6841conte nido1.pdf. Accessed 6 May 2015.
- KELMAN, I. «Climate Change and the Sendai Framework for Disaster Risk Reduction», *Int J Disaster Risk Sci* 6, 117–127 (2015). <https://doi.org/10.1007/s13753-015-0046-5>.
- KÖNIG, H.J., SGHAIER, M., SCHULER, J., ABDELADHIM, M., HELMING, K., TONNEAU, J.P. et al. (2012), Participatory impact assessment of soil and water conservation scenarios in Oum Zessar watershed, Tunisia. *Environ Manag* 50(1):153–165 Lane DC (2008) The emergence and u
- MACKENZIE, D. (2020), *Covid-19: The pandemic that never should have happened and how to stop the next one*, Hachette Books.
- MENDES, L. (2020), «How Can We Quarantine Without a Home? Responses of Activism and Urban Social Movements in Times of COVID-19 Pandemic Crisis in Lisbon», in *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*, 111(3), June 2020, DOI: 10.1111/tesg.12450.
- MONTEIRO, M. (2021), «Valongo chama crianças a imaginar espaços de brincadeira do futuro», in *Público*, 15/02/2021, <https://www.publico>.

- pt/2021/02/15/local/noticia/valongo-chama-criancas-imaginar-espacos-brincadeira-futuro-1949081.
- MORAIS, N.; SILVA, M.A.; FROTA, H. (2021), «A participação institucionalizada em tempos de recessão democrática», in *DEBATE*, v. 15, n. 1, p. 223–246.
- MOREIRA, C.F. (2016), «Câmara de Valongo vai de terra em terra prestar contas à população». *Jornal Público*, 19/06/2016. <https://www.publico.pt/2016/06/19/local/noticia/valongo-esta-a-prestar-contas-a-populacao-1735420>
- MORO, G. (2020), *Cittadinanza*, Milano, Mondadori Università.
- OECD (2020), *The territorial Impact of covid-19. managing the crisis across levels of government*. Report of the «Tackling Coronavirus» series, November 2020.
- POPLAWSKI, M. (2020), «covid-19 and Direct Contact-Free Democracy — Experiences from Poland», in *Przegląd Prawa Konstytucyjnego*, n.º 6 (58)/2020, 603–614, DOI 10.15804/ppk.2020.06.49.
- RABOT, J. M. (2020), «As metáforas guerreiras na crise da covid-19», in OLIVEIRA, M.; MACHADO, H.; SARMENTO, J. & RIBEIRO, M. C. (Ed.), *Sociedade e crise(s)*, (pp. 115–121). Braga, UMinho Editora.
- SANTOS, B. (2020a), *A Cruel Pedagogia do Vírus*. Coimbra, Almedina.
- SANTOS, B. (2021), «A experiência do tempo», in *Sul 21*, 11/03/2021, <https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2021/03/a-experiencia-do-tempo-por-boaventura-de-sousa-santos/>.
- SANTOS, B. (2020b), «O coronavírus, nosso contemporâneo», *Sul 21*, 17/05/2020.
- SARTORI BOGO, R. (2021), «OPs municipais em Portugal», *Paper* apresentado no seminário online *Orçamentos Participativos na Europa e América Latina: debate sobre avanços e retrocessos em Portugal e no Brasil*, 19/03/2021.
- SERRANO, T.; JÚLIO, S.; DIAS, N.; CARDITA, R. (2020), *A inclusão de grupos sub-representados nos processos participativos. Pesquisa-ação colaborativa*, Faro: Oficina. Descarregável de: <https://www.oficina.org.pt/grupos-sub-representados.html>.
- SNOWDEN, F. (2020), *Epidemics and Society: From the Black Death to the Present*, Yale University Press.

- SPADA, P.; ALLEGRETTI, G. (2020). «When Democratic Innovations Integrate Multiple and Diverse Channels of Social Dialogue», in ADRIA, M. (org.), *Using New Media for Citizen Engagement and Participation*. IGI Global, 35–59 Spada e Allegretti, 2020.
- TOZIER DE LA POTERIE, A., BAUDOIN, M.A. (2015), «From Yokohama to Sendai: Approaches to Participation in International Disaster Risk Reduction Frameworks», in *Int J Disaster Risk Sci* 6, pp. 128–139: <https://doi.org/10.1007/s13753-015-0053-6>.
- WALKER, B., CARPENTER, S., ANDERIES, J., ABEL, N., CUMMING, G., JANSSEN, M. et al. (2002), «Resilience management in social-ecological systems: a working hypothesis for a participatory approach», in *Conservation Ecology*, n. 6(1), 14. [online] website: <http://www.consecol.org/vol6/iss1/art14/>.
- WALKER, B.H., SALT, D. (2012) *Resilience practice: building capacity to absorb disturbance and maintain function*, Island Press, Washington, DC.
- YOUNGS, R; PANCHULIDZE, E. (2020), «Global Democracy & Covid-19: Upgrading international support», in IDEA: <https://www.idea.int/sites/default/files/publications/global-democracy-and-covid-19.pdf>.
- ZUBOFF, S. (2019), *The Age of Surveillance Capitalism*, Vol. 1. New York, Public Affairs.

SOBRE OS AUTORES

Albino Almeida, Presidente da Associação Nacional das Assembleias Municipais.

Ana Fernanda Neves, Professora Auxiliar na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, membro do ICJP e investigadora no Centro de Investigação de Direito Público da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Ana Paula Gil Garcês, Consultora no Gabinete do Presidente do Tribunal de Contas e Doutora em Ciência Política e Relações Internacionais.

Carlos José Batalhão, Mestre em Direito, especialista em Direito Administrativo, Pós-graduado em Direito das Autarquias Locais, Diretor da Associação de Estudos de Direito Regional e Local.

Cláudia S. Costa, Professora Adjunta da Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo do Instituto Politécnico de Bragança (EsACT-IPB), Mestre e Doutorada em Administração Pública, Universidade do Minho. Membro integrado do CiTUR.

Fernanda Paula Oliveira, Universidade de Coimbra, Faculdade de Direito.

Filipe Grilo, FEP-UPorto.

Georgina Morais, Docente na Coimbra Business School e auditora.

Giovanni Allegretti, CES, Coimbra.

Gonçalo Paiva Dias, GOVCOPP, ESTGA, Universidade de Aveiro.

Hugo Flores da Silva, Doutor em Direito e Professor na Escola de Direito da Universidade do Minho.

Joana Abreu, Universidade Católica Portuguesa, CESOP.

João António, Universidade Católica Portuguesa, CESOP, CIEP.

Joaquim Freitas da Rocha, Doutor em Direito e Professor na Escola de Direito da Universidade do Minho.

Jorge Cerol, Universidade Católica Portuguesa, CESOP.

José F.F. Tavares, Juíz Conselheiro, Presidente do Tribunal de Contas e do Conselho de Prevenção da Corrupção.

José Fidalgo, Universidade Católica Portuguesa, CESOP.

Júlia Maria Vieira Gonçalves, Jurista e Mestre em Direito Financeiro e Fiscal pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Luís de Sousa, Investigador auxiliar do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Luís Filipe Mota Almeida, Investigador associado no Centro de Investigação de Direito Público da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Manuel Ferreira Ramos, Advogado e Coordenador do Centro de Valoração de Eleitos Locais.

Marco Caldeira, Advogado, Assistente Convidado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Investigador do Centro de Investigação de Direito Público.

Melanie Neiva Santos, Professora Coordenadora do ISCET, Porto. Licenciada em Direito pela Universidade Católica Portuguesa, Porto. Mestre em Direito pela Universidade de Nottingham. Doutoranda em Direito na Escola de Direito da Universidade Católica Portuguesa, Porto.

Pedro Costa Gonçalves, Professor da Faculdade de Direito de Coimbra.

Pedro J. Camões, Universidade do Minho.

Pedro Pita Barros, Professor da Catédra BPI | Fundação “1a Caixa” em Economia da Saúde, Nova School of Business and Economics, Universidade Nova de Lisboa.

Ricardo Reis, Universidade Católica Portuguesa, CESOP, CIEP, Católica Lisbon School of Business and Economics, CUBE.

Roberto Falanga, ICS-ULisboa, Lisboa.

Susana Ferreira dos Santos, Professora Adjunta da EsACT, do Instituto Politécnico de Bragança. Licenciada e mestre em Direito pela Universidade Católica Portuguesa, Porto. Doutorada em Direito Privado pela Faculdade de Direito, da Universidade da Corunha.

Tânia Correia, Universidade Católica Portuguesa, CESOP, CIEP.

Tânia Maia, Doutoranda em Políticas Públicas, Universidade de Aveiro; Assistente Convidada, Universidade do Minho e Instituto Politécnico de Bragança; Técnica Superior, Município de Braga.

Tiago Serrão, Assistente convidado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e Advogado.

Vitor Leitão, Nova School of Business and Economics, Universidade Nova de Lisboa.